



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariosaocores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

# Já pagou o que deve?

Esta história da dívida dos Açores, que agora se reacende no parlamento regional com a proposta do 'endividamento zero', já tem barbas.

Há mais de dez anos que o Tribunal de Contas vem alertando, todos os anos, na apreciação da Conta da Região, que estamos numa trajetória insustentável das finanças públicas regionais, a que alguém teria de pôr cobro.

O actual governo tomou a medida mais radical, exagerando na medicação. Oxalá que não se venha a arrepender, sobretudo quando o cenário económico para o próximo ano é muito incerto e sombrio.

Uma coisa é certa, continuar com o regabofe que vinha dos anos anteriores é que não podia ser.

Neste momento cada habitante dos Açores deve mais de 12.500 euros só de dívida financeira da Região, que custa 40 milhões de euros por ano só para pagar juros dessa dívida.

Se olharmos para a SATA, cada açoriano assumiu 2.800 euros para saldar a sua dívida da transportadora.

É claro que cada açoriano não anda lá muito preocupado com isso, focado que está no aumento brutal da renda que vai, agora, pagar todos os meses ao banco pelo crédito da habitação e pela subida descomunal do cabaz de compras.

Mas convém explicar que cada açoriano vai mesmo pagar pelos desmandos destes anos todos.

Pode não sentir a diferença na carteira ou na conta bancária, mas vai sentir na diminuição dos investimentos públicos e no acesso a respostas sociais que até agora eram muito facilitadas.

Quando precisar de mais escolas, mais hospitais, asfaltar a rua, boa rede de abastecimento de água ou quiser mais apoios sociais, é bem provável que lhe respondam que não há dinheiro.

Habitamo-nos a pedir tudo e até a ter aquilo que não podíamos, porque os políticos borrifam-se para as contas certas.

O pior é que nada disto é novo.

Aqueles que mais alarme estão a levantar com a questão do endividamento, são exactamente os que mais contribuíram para que chegassemos até aqui de forma insustentável.

No relatório sobre a evolução da dívida pública regional em 2020, o Tribunal de Contas lançou o seguinte alarme: **"A trajetória de défices primários retomada em 2017 – posição que o saldo primário ocupou em seis dos 11 anos que antecederam a crise pandémica – refletiu-se na progressiva erosão das condições de sustentabilidade da dívida pública regional"**.

E ainda não se tinha adicionado a situação calamitosa a que chegou a SATA.

Esta erosão, há muito verificada e denunciada (a que os governos

fizeram sempre orelhas moucas), era, em parte, explicada pelas despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços, que encetaram, a partir de 2013, **"uma trajetória de crescimento contínuo, atingindo 855,3 milhões de euros em 2019 (66,8% da despesa efetiva, que absorveu 71,4% da receita efetiva arrecadada no exercício)"**.

Consequências deste descalabro?

Os juízes do Tribunal de Contas explicam: **"O comportamento evidenciado pelas referidas componentes da despesa restringiu o espaço orçamental para acomodar outras despesas, nomeadamente de investimento, variável que registou uma queda de 37,9% entre 2009 e 2019 – de 122,2 para 75,8 milhões de euros (5,9% da despesa). Neste contexto, o crescente recurso à dívida para financiar os recorrentes défices acabou por projetar para as gerações futuras encargos associados a despesas cuja utilidade se esgotou nos exercícios orçamentais em que foram realizadas, facto que traduz a violação do princípio orçamental da equidade intergeracional"**.

Não sei se estão a perceber. É que, para além de terem dado cabo das finanças públicas, os sucessivos governos atiraram as responsabilidades dos encargos para as gerações futuras!

Ou seja, os nossos filhos e netos é que vão pagar os calotes que lhes deixamos como herança.

É este o retrato negro da gestão das nossas finanças.

E não é para admirar, porque o que fizeram com a SATA é apenas uma ínfima parte da trajetória do abismo para onde caminhávamos (17% de todo o investimento público do ano passado foi para aumentar o capital da companhia).

Se somarmos os mais de 600 milhões que vamos ter de pagar para a SATA, mais uns 750 milhões que foram internalizados na nada saudosa Sudaçor, a que acresce mais 35 milhões da Sinaga e mais 7 milhões da fábrica de Santa Catarina, ficamos com uma ideia mais precisa de como é que chegamos aqui, ou seja, um ritmo de endividamento a uma média anual de mais de 100 milhões de euros, para projetos políticos ruinosos.

Viu algum político preocupado com isso durante estes anos?

Os seus principais responsáveis andam por aí como nada fosse e alguns até foram promovidos politicamente.

Nós, os contribuintes accionistas, é que agora vamos sentir na pele o sacrifício de pagar a irresponsabilidade ruinososa de uma gestão como esta.

E não vale a pena reclamar, porque a banca, como sabemos, não perdoa.

É pagar e não bufar.

## Agricultura com divergências no Parlamento

O Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Açores defendeu que o Governo Regional criou as "condições políticas" para aumentar o preço do leite pago aos produtores, enquanto o PS criticou o "desinvestimento" no sector.

"Criámos condições políticas para possibilitar o aumento do preço do leite pago aos produtores", afirmou António Ventura, no debate do Plano e do Orçamento para 2023, que está a decorrer na Assembleia Legislativa, na Horta.

O Secretário Regional realçou que o Executivo de coligação implementou "políticas para a valorização dos agroalimentos", afirmando que desde 2021

a Região tem produzido "mais alimentos biológicos", "mais leite biológico" e "mais frutas".

O governante reforçou que tem existido "mais abate de gado", o que assegurou um "preço mais justo pago aos produtores" de leite.

"A estratégia é simples: menos leite, mais preço, o que significa uma aproximação ao preço justo", declarou.

António Ventura realçou que o actual Executivo, que tomou posse em novembro de 2020, criou em todas as ilhas Perímetros de Ordenamento Agrário, que passaram de 16 para 23, o que "corresponde a 28% do território regional".

O Secretário Regional enalteceu

a "maior taxa de execução de fundos comunitários" no programa Prorural+ e assegurou o pagamento na "totalidade dos apoios à perda de rendimento dos produtores" através dos programas POSEI e PEPAC. Do lado do PS, a deputada Patrícia Miranda alertou para o "desinvestimento na agricultura dos Açores" previsto na proposta de Orçamento para 2023, criticando o Governo açoriano por "aumentar subsidiação em detrimento das políticas de fundo". Defendendo que os documentos orçamentais para 2023 não respondem aos "aumentos dos custos de produção na agricultura", a deputada socialista criticou o Executivo dos Açores por deixar ao "abandono"

a limpeza dos caminhos agrícolas e a aposta nas infraestruturas do sector. O deputado do PSD Marco Costa criticou os anteriores governos regionais do PS e destacou que o leite produzido na Região está a ser pago aos "valores mais altos de sempre. O social-democrata venceu que os "agricultores dos Açores têm o gásóleo mais barato do país", que é inferior em "cerca de 40 cêntimos" ao valor do gásóleo agrícola no continente.

A líder parlamentar do CDS-PP/Açores, Catarina Cabeceiras, criticou a ausência de propostas do PS e definiu a construção do matadouro de São Jorge como uma "obra estruturante" para a ilha.